



MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO NEPOMUCENO

Estado de Minas Gerais

LEI Nº. 3.175, 28 DE FEVEREIRO DE 2018.

Dispõe sobre criação do Conselho Municipal de Saneamento Básico e do Fundo Municipal de Saneamento Básico e dá outras providências, conforme item 6.7.3 do título 6 – Proposição do artigo 1º da Lei nº 3.157, de 01/12/2017.

O Prefeito Municipal de São João Nepomuceno, Estado de Minas Gerais, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte lei:

Capítulo I

Do Conselho Municipal de Saneamento Básico

Art. 1º Fica criado o Conselho Municipal de Saneamento Básico – COMSAB, no âmbito do Município de São João Nepomuceno, com fundamento na Lei Federal 11.445/2007, órgão colegiado, paritário, consultivo, deliberativo, regulador e fiscalizador, formulador e controlador em matéria de saneamento básico.

Art. 2º Compete ao Conselho Municipal de Saneamento Básico:

- I- participar ativamente da elaboração e execução da Política Municipal de Saneamento;
- II- discutir a Lei do Plano Municipal de Saneamento Básico para o Município de São João Nepomuceno – MG;
- III- participar, opinar e deliberar sobre a elaboração e execução dos Planos Diretores de Abastecimento de Água, Drenagem, Esgotamento Sanitário, Limpeza Urbana e Resíduos Sólidos do Município de São João Nepomuceno – MG;
- IV- deliberar sobre propostas de projetos de lei e programa de saneamento básico;
- V- promover a Conferência Municipal de Saneamento Básico, no mínimo, a cada dois anos;
- VI- promover pesquisa junto à população e as suas reivindicações adequar à Política Municipal de Saneamento;
- VII- discutir e deliberar sobre medidas que possa vir a comprometer o solo, os rios, a qualidade do ar e as reservas ambientais do Município, e através de parecer técnico e apoio dos órgãos de fiscalização do Município, impedir possível agressão ambiental, como execução de obras e construções;
- VIII- realizar estudos sobre meio ambiente e saneamento e assim dispor de subsídios técnicos e legais contribuindo para a construção dos planos, projetos e afins;
- IX- apresentar propostas de Projetos de Lei ao Executivo e/ou Legislativo, sobre temas ligados ao conselho, e de interesse da população;
- X- fiscalizar e controlar a execução da Política Municipal referente ao saneamento básico, principalmente no cumprimento de seus princípios e objetivos e a adequada utilização dos recursos;



MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO NEPOMUCENO

Estado de Minas Gerais

- XI- fazer a viabilização de recursos destinados aos planos, programas e projetos de saneamento básico;
- XII- estabelecer diretrizes para a formulação de programas de aplicação dos recursos do Fundo Municipal de Saneamento;
- XIII- estabelecer diretrizes e mecanismos para o acompanhamento, fiscalização e controle do Fundo de Saneamento;
- XIV- elaborar e aprovar o seu Regimento Interno;
- XV- propor e promover Audiências Públicas relacionadas aos temas de sua competência.

Parágrafo único – Aos membros do Conselho Municipal de Saneamento Básico será facilitado o acesso a todos os setores da administração pública municipal, especialmente às Secretarias e aos programas referentes ao temas prestados à população, a fim de possibilitar a apresentação de sugestões e propostas de medidas de atuação, subsidiando as políticas de ação em cada área de interesse da população.

Art. 3º O Conselho Municipal de Saneamento Básico, composto de forma paritária entre o poder público municipal e a sociedade civil, será constituído:

I – por um representante de cada Secretaria Municipal e o prestador de serviço, indicados abaixo:

- a) Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano;
- b) Procuradoria-Geral do Município;
- c) Secretaria Municipal de Saúde;
- d) Secretaria Municipal de Agricultura, Meio Ambiente e Turismo;
- e) COPASA

II – por cinco representantes de entidades representativas da sociedade civil e atuantes no campo da promoção e defesa dos direitos da população:

- a) 01 (um) Representante do Sindicato das Indústrias;
- b) 01 (um) Representante de Comissão de Desenvolvimento de Distritos;
- c) 01 (um) Representante de Associação de moradores;
- d) 01 (um) Representante da OAB;
- e) 01 (um) Representante da Associação Comercial.

§1º Cada entidade do Conselho Municipal de Saneamento Básico terá um titular e um suplente.

§ 2º Os membros do Conselho Municipal de Saneamento Básico e seus respectivos suplentes serão nomeados pelo Prefeito Municipal, respeitadas as indicações previstas neste Decreto.

§ 3º Os membros do Conselho terão mandato de dois anos, podendo ser reconduzidos por um mandato de igual período, enquanto no desempenho das funções ou cargos nos quais foram nomeados ou indicados.

§ 4º O titular de órgão ou entidade governamental indicará seu representante, que poderá ser substituído, a qualquer tempo, mediante nova indicação do representado.



MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO NEPOMUCENO

Estado de Minas Gerais

§ 5º Caberá às entidades escolhidas a indicação de seus representantes por intermédio de ofício ou circular para a composição do Conselho Municipal;

Art. 4º O Presidente, o Vice-Presidente, o Primeiro Secretário e o Segundo Secretário do Conselho Municipal de Saneamento Básico serão escolhidos, mediante votação, dentre os seus membros, por maioria absoluta.

§ 1º Quanto aos cargos de Presidente e Vice-Presidente de que trata o caput deste Artigo, um deles será ocupado por um representante do governo e o outro, por um representante da sociedade civil, devendo haver uma alternância dessa ordem a cada novo mandato.

§ 2º O Vice-Presidente do Conselho Municipal de Saneamento Básico substituirá o Presidente em suas ausências e impedimentos, em caso de ocorrência simultânea em relação aos dois, a presidência será exercida pelo Primeiro Secretário, em caso de ocorrência simultânea em relação aos três, a presidência será exercida pelo Segundo Secretário.

§ 3º O Presidente do Conselho Municipal de Saneamento Básico poderá convidar para participar das reuniões ordinárias e extraordinárias, membros dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, e do Ministério Público, além de pessoas de notória especialização em assuntos de interesse da comunidade.

Art. 5º Cada membro do Conselho Municipal terá direito a um único voto na sessão plenária, excetuando o Presidente que também exercerá o voto de qualidade.

Art. 6º A função dos membros do Conselho Municipal de Saneamento Básico não será remunerada e seu exercício será considerado de relevante interesse público.

Art. 7º As entidades não governamentais representadas no Conselho Municipal de Saneamento Básico perderão essa condição quando ocorrer uma das seguintes situações:

- I – extinção de sua base territorial de atuação no Município;
- II – irregularidades no seu funcionamento, devidamente comprovadas, que torne incompatível a sua representação no Conselho;
- III – aplicação de penalidades administrativas de natureza grave, devidamente comprovada.

Art. 8º Perderá o mandato o Conselheiro que:

- I – desvincular-se do órgão ou entidade de origem de sua representação;
- II – faltar a três reuniões consecutivas ou cinco intercaladas, sem justificativa;
- III – apresentar renúncia ao plenário do Conselho, que será lida na sessão seguinte à de sua recepção na Secretaria do Conselho;
- IV – apresentar procedimento incompatível com a dignidade das funções;
- V – for condenado em sentença irrecorrível, por crime ou contravenção penal.

Art. 9º Nos casos de renúncia, impedimento ou falta, os membros do Conselho Municipal de Saneamento Básico serão substituídos pelos suplentes, automaticamente, podendo estes exercer os mesmos direitos e deveres dos efetivos.



MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO NEPOMUCENO

Estado de Minas Gerais

Art. 10 Os órgãos ou entidades representadas pelos Conselheiros faltosos deverão ser comunicados a partir da segunda falta consecutiva ou da quarta intercalada.

Art. 11 O Conselho Municipal de Saneamento Básico reunir-se-á mensalmente, em caráter ordinário, e extraordinariamente, por convocação do seu Presidente ou por requerimento da maioria de seus membros.

Art. 12 O Conselho Municipal de Saneamento Básico instituirá seus atos por meio da resolução aprovada pela maioria de seus membros.

Art. 13 As sessões do Conselho Municipal de Saneamento Básico serão públicas, precedidas de ampla divulgação, em especial no diário oficial e no site da Prefeitura Municipal.

Art. 14 O Poder executivo proporcionará o apoio técnico-administrativo e a estrutura física necessária ao funcionamento do Conselho Municipal de Saneamento Básico.

Capítulo II

Do Fundo Municipal de Saneamento Básico

Art. 16 Fica criado o Fundo Municipal de Saneamento Básico, instrumento de captação, e passe e aplicação de recursos destinados a propiciar suporte financeiro para a implantação, manutenção e desenvolvimento de planos, programas, projetos e ações voltadas para melhoramentos do Saneamento Básico no Município de São João Nepomuceno – MG, e após consulta ao Conselho Municipal de Saneamento.

Art. 17 Constituirão receitas do Fundo Municipal de Saneamento Básico:

- I – recursos provenientes de órgãos da União ou do Estado vinculados à Política Nacional de Saneamento Básico;
- II – transferências de recursos do orçamento do município;
- III – recursos resultantes de doações do Setor Privado, pessoas físicas ou jurídicas;
- IV – rendimentos eventuais, inclusive de aplicações financeiras dos recursos disponíveis;
- V – de fundos estaduais e federais, inclusive orçamentários do Estado e da União;
- VI – das multas aplicadas em descumprimento de contratos de programas e outros de saneamento básico.

Art. 18 O Fundo Municipal de Saneamento Básico ficará vinculado diretamente à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano, tendo sua destinação liberada através de projetos, programas e atividades aprovados pelo Conselho Municipal de Saneamento Básico.

§1º Será aberta conta bancária específica em instituição financeira oficial, sob a denominação “Fundo Municipal de Saneamento Básico”, para movimentação dos recursos financeiros do Fundo, sendo elaborado, mensalmente balancete demonstrativo da receita e da despesa, que deverá ser publicado na imprensa oficial após apresentação e aprovação do Conselho Municipal de Saneamento Básico.



MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO NEPOMUCENO

Estado de Minas Gerais

§2º A contabilidade do Fundo tem por objetivo evidenciar a sua situação financeira e patrimonial, observados os padrões e normas estabelecidas na legislação pertinente, e será executada pelo Departamento de Contabilidade e tesouraria da prefeitura Municipal.

§3º Caberá à Secretaria de Desenvolvimento Urbano o controle do Fundo Municipal de Saneamento Básico, sob a orientação do Conselho Municipal de Saneamento Básico, cabendo ao seu titular:

- I – solicitar a política de aplicação dos recursos ao Conselho Municipal de Saneamento Básico;
- II – submeter ao Conselho Municipal de Saneamento Básico demonstrativo contábil da movimentação financeira do Fundo;
- III – assinar cheques, ordenar empenhos e pagamentos das despesas do Fundo;
- IV – outras atividades indispensáveis para o gerenciamento do Fundo.

Parágrafo Único O procedimento contábil relativo ao Fundo Municipal do Saneamento Básico será executado pela Secretaria de Fazenda do Município.

Art. 19 Caberá ao Prefeito Municipal, o controle do Fundo Municipal de Saneamento Básico, cabendo ao seu titular:

- I. solicitar a política de aplicação dos recursos ao Conselho Municipal de Saneamento Básico;
- II. submeter ao Conselho Municipal de Saneamento Básico demonstrativo contábil da movimentação financeira do Fundo;
- III. assinar cheques, ordenar empenhos e pagamentos das despesas do Fundo;
- IV. outras atividades indispensáveis para o gerenciamento do Fundo.

§ 1º Fica o Prefeito Municipal autorizado a delegar ao Secretário Municipal de Desenvolvimento Urbano os poderes necessários para gestão do Fundo Municipal de Saneamento Básico, bem como para a ordenação das despesas relacionadas.

§ 2º A supervisão do FMSB será exercida em especial, por relatórios sistemáticos, balanços e informações que permitam o acompanhamento de suas atividades, da execução do orçamento anual e da programação financeira aprovados pelo Executivo Municipal.

Capítulo III

Das Disposições Finais

Art. 20 O Conselho Municipal de Saneamento Básico elaborará o seu regimento interno, no prazo máximo de 120 (cento e vinte) dias a contar da data de sua instalação, o qual será aprovado por ato próprio, devidamente publicado pelo diário oficial do município, e dada ampla divulgação.

Parágrafo Único. O regimento interno disporá sobre o funcionamento do Conselho Municipal de Saneamento Básico, das atribuições de seus membros, entre outros assuntos.



MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO NEPOMUCENO

Estado de Minas Gerais

Mando, portanto, a todos aqueles a quem o conhecimento e cumprimento da presente Lei pertencer, que a cumpram e a façam cumprir, tão inteiramente como nela se contém.

Art. 20 Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

São João Nepomuceno, 28 de fevereiro de 2018.

Ernandes José da Silva
Prefeito Municipal



Certifico que publiquei esta lei
no dia em 28/02/18, conforme o
artigo 120 § 1º da LCM, que ficará afixado
no quadro de avisos da sede da
Prefeitura Municipal durante 30 dias.

Paola Faria

Ass: Funcionário Responsável

PF Paola Lygia Faria Henriques
Escriturária
Procuradoria Geral do Município